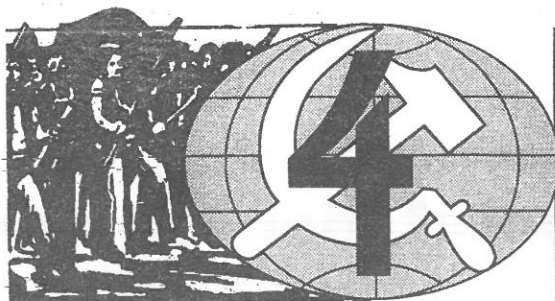




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 205 - 2ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 2000- R\$ 1,00

Os governos municipais do PT já tranquilizaram os credores: pretendem saldar todos os compromissos com o parasitismo. Farão como o Zeca do PT em Mato Grosso do Sul: aplicarão a cartilha neoliberal: demissões, arrocho, privatizações etc.

O POR realiza sua Conferência Nacional, que terá como temas:
Teses do POR sobre a questão do campo
(Luta de classes e revolução agrária)
Situação Internacional e Nacional
(Crise capitalista e luta revolucionária)

Apeoesp: a Articulação aprofunda os meios de fraude nas eleições das regionais

Salário Mínimo de Fome é o que reservam governo, capitalistas e até a direção reformista para as massas
Assembléias nos sindicatos para lutar pelo
SALÁRIO MÍNIMO REAL de R\$ 1900

Quem segura a batata quente?

O governador do Mato Grosso do Sul, conhecido por Zeca do PT, tem ficado famoso por aderir ao programa de reforma administrativa do PSDB (FHC/FMI). Os jornais burgueses não economizam elogios. E cedem páginas para o Zeca demonstrar seus feitos neoliberais, muito mais avançados que da própria coligação governamental.

Em um artigo intitulado "Batatas Quentes" (Folha/SP), o petista conclui que há "diferença entre lutar pelo poder e exercê-lo (...). Isso porque, ao exercer o poder, tem de se ater ao Orçamento minguido e assim o governo "torna-se árbitro e refém da disputa generalizada por recursos". Mostra que as várias frações do capital (empresários, empreiteiros etc) exercem tremenda pressão sobre a escassa finança do Estado. E lamenta pelos pobres que pagam impostos e não recebem nem mesmo migalhas do banquete. Culpa a União por ter con-

centrado as receitas e determinado um rígido empenho fiscal.

Até aqui o leitor dirá que afinal o Zeca do PT está com toda razão. Mas o esperto petista utiliza de um dado inquestionável para justificar sua reforma administrativa, que implica demissão de funcionários, afastamento e redução salarial. A justificativa de cortar gastos clientelistas, corporativistas e ineficientes é para mascarar sua adaptação à diretriz neoliberal da reforma ditada pelo FMI. O governador abaixa a cabeça para a "Lei de Responsabilidade Fiscal" e ataca o servidor público. Não são os capitalistas parasitários que sofrem com a reforma do Zeca.

Mas voltemos à idéia inicial de que há uma diferença brutal entre lutar pelo poder e exercê-lo. É que a "luta" pelo poder dos petistas corresponde à disputa eleitoral. Nas campanhas em busca do voto, os reformistas atacam a

reforma do governo, o desemprego, o sucateamento da educação, saúde etc e prometem soluções "democrático e populares". Mas quando chegam ao poder o palavreado já evaporou. O que vale é o realismo.

Que realismo é esse? O de que os pobres não podem sequer se beneficiar com migalhas do banquete? E que por isso o PT irá governar para eles? Nada disso. A reforma administrativa criará mais miseráveis e desempregados. O ajuste fiscal virá em função dos interesses dos credores e da política econômica antinacional e antipopular do governo PSDB/PFL/PMDB.

Quem segura a batata quente? Os pobres e miseráveis. Com certeza, não são os burgueses e nem os burocratas do PT, que enganam o povo.

Seja qual for o partido, governar o capitalismo na sua fase decomposição é descarregar todo peso da crise sobre as massas.

Formação - Rondônia

O problema da habitação e outros esclarecimentos de Engels através da obra de Lenin

No quarto capítulo da obra "O Estado e a Revolução", Lenin mostra os esclarecimentos de Engels quanto a questão da habitação com base na rica experiência da Comuna de Paris. Mostra-nos como os problemas da habitação poderão ser superados através da construção da sociedade sem explorados e sem exploradores, que se dará através da revolução social. Esta irá superar o antagonismo entre o campo e a cidade, expropriará e dominará todo o sistema de habitação em favor da coletividade. Neste capítulo, composto de 6 partes, Lenin trata ainda com base nas posi-

ções de Marx e Engels, acerca das nossas polêmicas com os anarquistas, mostrando nossas concordâncias com a superação do estado, mas que é o Estado Proletário que quebrará a resistência da burguesia.

Lenin discute ainda na terceira parte do capítulo quarto as posições de Engels acerca da superação do Estado como condição para resolver definitivamente as diferenças sociais e portanto com privilégio de uns poucos que se nutrem da exploração da maioria.

Na quarta parte deste capítulo, Lenin trabalha a crítica feita por

Engels ao programa de Erfurt, pondo em relevo a doutrina marxista do estado e de crítica às posições reformistas da social democracia. E, finalmente, a quinta e a sexta parte, Lenin discute o prefácio de Marx e à sua obra "A Guerra Civil na França" e a eliminação da democracia segundo a visão de Engels. Para discutir esses e outros aspectos expostos nesta importante obra orientadora da luta revolucionária, estamos convidando para participar de nossos cursos de formação política na Escola Duque de Caxias, vizinha a Escola Carmela Dutra, sempre às 17:00 horas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Conferência Nacional do POR:

O POR debate os conflitos no campo

No último dia 19 de novembro, fizemos uma palestra debate sobre a questão da terra no Brasil, parte de nosso trabalho para elaborar as teses agrárias de nosso partido. Abaixo, um resumo da exposição dos conflitos no campo ao longo da história do país.

1. A luta de classe no campo tem suas origens na ocupação portuguesa. O Brasil será integrado à economia capitalista na condição de colônia exportadora de produtos agrícolas e consumidora de manufaturados europeus. Portanto, o capitalismo será introduzido de fora para dentro (da metrópole para a colônia), impondo ao Brasil a situação de subserviência à metrópole e ao sistema econômico capitalista nascente na Europa. A colônia brasileira foi ocupada pelos colonizadores sob a base de uma agricultura extensiva, monocultora e utilizando-se da mão de obra escrava. A produção de alimentos e mesmo a pecuária nasceram marginalmente, em função de abastecer os latifúndios exportadores. A ocupação da terra gerou os primeiros conflitos - a resistência indígena e dos negros escravos. O que mostra que a questão fundiária esteve e está no centro dos principais conflitos existentes no Brasil.

2. A ocupação e exploração portuguesa (1500 - 1822, quando o Brasil adquire uma independência formal) foi realizada sob a base do massacre indígena. Nações inteiras foram dizimadas, índios foram caçados para servirem de escravos (são inúmeros os exemplos das investidas dos bandeirantes sobre as comunidades indígenas) e comunidades resistiram à perda da terra (basta que lembremos da Confederação dos Tamoiós, Guerra dos Potiguaras, a luta das missões de Sapé e Taipé). A posse da terra pelos colonizadores implicou na luta feroz contra as nações indígenas. Problema até hoje não solucionado pela burguesia e seus governos.

3. Os colonizadores portugueses aplicaram no Brasil uma legislação e política agrárias semelhantes às praticadas na metrópole (século XIV). As terras eram doadas a indivíduos sob a forma de sesmarias. A condição para o recebimento das sesmarias era de cultivá-la, durante certo período. Para os ex-

ploradores, essa via de concessão de terras era a forma de ocupar o território e permitir o aumento da produção agrícola para exportação. Eram os donatários e governadores das capitanias que possuíam o direito de oferecer sesmarias, mais tarde passou ser atributo das câmaras municipais. Se, de um lado, em Portugal as sesmarias eram pequenas propriedades, no Brasil, eram imensos latifúndios. O tamanho das propriedades obrigou a intervenção do governo português (1695) para que as sesmarias não ultrapassassem 2400 ha. Porém, a agricultura em grande escala e extensiva significou que a produção foi se realizando às custas de ocupações contínuas de novas terras. Não é à toa que o crescimento do latifúndio (tamanho da propriedade) não tem correspondência direta com o aumento da produtividade agrícola. A concessão de sesmarias, a inevitabilidade de novas ocupações e o não reconhecimento dos "direitos" indígenas sobre suas terras provocaram e aguçaram os conflitos entre os latifundiários e indígenas e, mais tarde, latifundiários e os posseiros (aqueles que trabalham com sua família numa terra, mas não possuem o título de posse da propriedade).

4. Já desde o período colonial, a revolta dos negros escravos contra a exploração latifundiária provocou a ocupação de terras "livres". Os escravos que fugiam da opressão social se organizavam em comunidades, os quilombos. Foram inúmeros os quilombos em várias partes do Brasil. A fuga de escravos das fazendas e as áreas ocupadas pelos quilombolas resultaram numa ação centralizada (Corôa e latifundiários) para extirpar essas comunidades, pois traziam o embrião da luta organizada contra o sistema econômico de exploração da colônia. A brutal repressão aos quilombos, particularmente Palmares, respondia à necessidade de impor com ferro e fogo as novas relações de produção (capitalistas), embora sob o

domínio da metrópole européia. O choque entre latifundiários e mão-de-obra escrava (índios e negros) marcaram o problema da terra e a formação das classes sociais no Brasil. A escravidão negra (como mercadoria - propriedade privada e fonte de poder econômico e político) foi um dos pilares de sustentação da exploração latifundiária da terra.

5. O Estado português, às vésperas da "independência" do Brasil, pôs fim à concessão de sesmarias. O regime de sesmarias foi essencial para a formação da estrutura fundiária, assentada no latifúndio agro-exportador, em favor dos interesses e acumulação de riqueza nas metrópoles européias. A extinção desse regime de posse da terra foi acompanhado da política colonizadora, agora também utilizando camponeses europeus pobres (imigração). Esse setor empobrecido se viu atraído pelas promessas de terras "doadas" pelo governo, o que arrastou um contingente da população para as regiões sudeste e sul do Brasil. Os imigrantes, logo em seguida, foram obrigados a travar uma luta contra os fazendeiros (latifundiários das fazendas de café), pois estavam submetidos à condição servil e impossibilitados de abandonar o campo em função do endividamento para o Estado e latifundiários).

6. No período do Império (governo monárquico- 1822- 1889), foi decretada a primeira lei sobre o uso das terras (Lei das Terras de 1850). Através dela, o rei (D. Pedro II) permitiu a propriedade privada aos fazendeiros que comprassem as fazendas. Dizia a lei que as terras "devolutas" só podiam ser legalmente adquiridas por compra em leilões públicos. No caso de não-compra, a legalização das terras somente era no pedaço em que se plantasse alimentos para a subsistência da família do agricultor (posseiro). Para o governo, a Lei das Terras significava o ordenamento da propriedade agrária e sua posse vinculada à

MASSAS — 2ª quinzena de Dezembro de 2000 — 3

classe dos latifundiários. Para esta classe, significava o início do mercado de terras. E como o tráfico de escravos estava contido, a terra passou a ser um investimento de capital, em substituição ao investimento de mão-de-obra escrava (negros). A propriedade privada da terra ampliou os conflitos em torno da disputa pela posse.

7. A Lei das Terras favoreceu a concentração agrária. Os pequenos proprietários (na sua maioria, posseiros) não tinham condições de legalizar a posse, pois não têm recursos para disputar o mercado de terras. Por outro lado, a ocupação de terras praticada pelos latifundiários continuou a existir de forma violenta. O final do império e toda primeira fase da República foi marcado pelas lutas dos camponeses pobres contra a exploração latifundiária. Boa parte dessas revoltas esteve sob a direção de líderes (fanáticos) religiosos. Destacam-se o movimento de Canudos (Bahia - 1870-1897), sob a influência de Antônio Conselheiro; Contestado (Santa Catarina - 1912-1916), dirigido por José Maria e o Juazeiro (Ceará - 1930-1934), pelo Padre Cícero. Todos foram movimentos de milhares de camponeses, que resistiram anos contra a brutal repressão do governo e dos coronéis. O que confirma a idéia de que na república a situação agrária não modifica. Os governos republicanos, da 1ª República, representavam o poder político de classe dos latifundiários. Tal poder só poderia ser assentado às custas da violenta repressão aos movimentos. O massacre dos camponeses em Canudos é prova disso.

8. Porém, foi na fase da "República Velha" que os Estados passaram a administrar as terras públicas. Essa medida favoreceu a apropriação de terras devolutas pelas oligarquias locais. A classe latifundiária, embora coesa na sua essência - como classe dominante, passou a ser a soma de frações oligárquicas estaduais e/ou regionais. A concentração de terra ampliou (dados de 1920 indicam que 4,5% dos proprietários detinham metade das propriedades rurais no país). Houve um crescimento desordenado dos latifúndios agro-exportadores, o que provocou as crises de superprodução do café. E, de

outro lado, a produção de alimentos ficou limitada, obrigando o Brasil a importar gêneros de primeira necessidade. Agudizou a contradição entre a concentração de terra nas mãos de uma minoria e a miséria para a maioria camponesa. O choque de classe no campo era inevitável. As diferenciações no interior da classe latifundiária (que vão desde o tamanho da propriedade até os privilégios no poder do Estado) não modificam sua função de classe opressora (portadora da violência reacionária) e de principal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas no campo. Tal classe, que nasceu submissa aos interesses dos países metropolitanos europeus, permaneceu subserviente à burguesia imperialista, particularmente a norte-americana.

9. As contradições no campo mobilizaram milhares de camponeses, com o objetivo de romper com essa velha estrutura fundiária. Surgiram as chamadas "lutas radicais" pela terra, no período de 1940-1955. Os conflitos se deram em função da valorização da terra em Estados onde cortavam estradas e onde os posseiros viviam sem o título de propriedade. Os fazendeiros e empresas foram atraídos para essas localidades e se apoderavam das terras dos posseiros. Daí o caráter violento dessas lutas. Citamos como exemplo a revolta de Trombas e Formoso (Goiás-1952-1958), sob a liderança de José Porfírio. Os camponeses ocuparam as terras devolutas e as mesmas foram griladas pelos fazendeiros. O jogo armado pelos fazendeiros para comprar as terras dos posseiros foi rechaçado. O governo e fazendeiros preparam a repressão. Há informações de que o Partido Comunista (que já exercia influência nos movimentos camponeses) fez um acordo. Até o golpe militar (1964) os posseiros permaneceram no local. A ditadura militar eliminou o movimento, prendendo e assassinando as lideranças. Outro exemplo foi a Guerrilha de Porecatu (Paraná -1950). O conflito se deu em função da venda das terras, ocupadas por posseiros, para empresas "colonizadoras". Os camponeses resistiram, criaram as assembléias gerais do povo e elegeram as Juntas Governativas. Somente a repressão militar pôde dissolver as Juntas e pôr fim a luta dos

camponeses nessas regiões. Ambos os movimentos foram de massa, ocuparam cidades e implantaram poderes políticos paralelos.

10. A luta de classe no campo se acirra no período de 1950 até o golpe militar. Surgiram três grandes organizações camponesas, que lutavam pela reforma agrária. A ULTAB (União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil), sob a influência política do Partido Comunista. Foi marcante em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. O MASTER (Movimento dos agricultores sem-terra), sob a influência do PTB de Brizola. Se organizou praticamente no Rio Grande do Sul. As Ligas Camponesas, que sedimentaram a partir da expropriação do Engenho Galiléia (Pernambuco). Inicialmente, as Ligas estiveram inteiramente sob a orientação da linha política do Partido Comunista. Em 1960, os comunistas vinculados às Ligas são derrotados no V Congresso do Partido Comunista. As teses do Partido Comunista reforçavam as posições aplicadas na ULTAB, ou seja, mobilização dos assalariados rurais e na tentativa de criação de organizações legais, através da sindicalização rural. A essência da tese estava em que a luta pela reforma agrária deveria estar vinculada às necessidades táticas da "etapa nacional-democrática", que implicava na construção de uma frente única ampla. O Partido Comunista chegou ao ponto de caracterizar que a luta antimperialista poderia levar frações latifundiárias às posições nacionalistas. Isso se traduzia na "revolução democrática e popular. A aprovação dessas posições obrigou o PCB a defender uma reforma agrária baseada na desapropriação, tomando por base o valor fiscal da terra e por medidas para ampliar os créditos rurais, assistência técnica aos pequenos produtores etc. O caminho para chegar à reforma agrária, para o PCB, era o de desapropriação das grandes propriedades improdutivas ou pouco produtivas. As "teses agraristas", se apoiavam no camponato como força revolucionária e exigiam as reformas de base radicais, como parte delas a reforma agrária ("reforma agrária radical, na lei ou na marra"). A ruptura com o PCB se deu em 1961, no Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte), convocado pela ULTAB. As

Ligas compareceram com 215 camponeses e a ULTAB com 1400 delegados. Embora minoritária, as Ligas derrotaram as propostas do PCB. A partir dessa cisão política, as Ligas passaram ser compostas pelo grupo anti-partido (Julião), PCdoB - criado em 1962, POLOPE e facções da IV Internacional (grupo trotskysta). O Presidente da República, João Goulart, anunciou as reformas de base, entre elas a reforma agrária, sem atingir os interesses do conjunto da classe latifundiária. Para isso, criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária (SUPRA), regulamentou a sindicalização no campo etc. O golpe militar pôs fim às reformas de base, nacionalistas. Pouco antes do golpe, 1963, as Ligas se encontraram desorganizadas, o que facilitou a repressão desfechada pela ditadura militar.

11. Logo após a imposição da ditadura militar, Castelo Branco fez aprovar no Congresso Nacional o Estatuto da Terra. A chamada reforma agrária, prevista no Estatuto, não podia confiscar a propriedade dos grandes fazendeiros. Só haveria desapropriação em caso de conflitos. O aparato militar reprimiu violentamente todos os movimentos camponeses. As três organizações (ULTAB, MASTER e as Ligas) foram liquidadas pela ação sanguinária da ditadura militar. Os poucos sindicatos de trabalhadores que continuaram existindo foram transformados em órgãos assistencialistas. No início dos anos 70, o Presidente militar Emílio Garrastazu Médici criou o FUNRURAL, que serviu para cadastrar os camponeses que reivindicavam a aposentadoria Previdência pública rural). Os sindicatos assumiram a função de agência do Funrural. Não foram capazes de ser organismo de luta de classe no campo, apesar das dificuldades criadas pelo período fascista em que vivia o país. Os assassinatos, prisões e desaparecimentos de camponeses se aguçaram nos anos de ditadura militar.

12. Há que destacar que na década de 70, a luta de classe no campo não foi inteiramente eliminada. Os conflitos na região amazônica entre fazendeiros e empresas contra os posseiros foram intensos. O governo militar deu subsídios para que os latifundiários e as

empresas comprassem títulos de terras na região. Portanto, em áreas ocupadas pelos posseiros. Têm influência política na condução desses conflitos, o PCdoB e a Pastoral da Terra (um setor da Igreja Católica). A concentração de terras cresceu, ainda mais nesse período. O governo militar deu incentivos ao cultivo da soja para exportação e para a expansão da mecanização da produção. A expulsão dos camponeses de suas terras foi consequência. Os camponeses sem-terra ou foram para a região norte (iludidos com a possibilidade de ter a terra) ou migraram para as grandes cidades. O emprego nas cidades não absorveu essa massa camponesa. Os movimentos de ocupação de terra reapareceram no final de 70, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em São Paulo (Fazenda Primavera).

13. No início de 80, a Pastoral da Terra (CPT) realizou encontros com as lideranças desses movimentos. Em 1984, em Cascavel (Paraná) foi promovido o Encontro nacional dos Sem-terra. Nesse Encontro, houve a criação do Movimento Sem-Terra (MST). O MST se assentou sob a base de três objetivos: a) a terra. Os sem-terra aspiram a propriedade da terra como uma forma de obter trabalho, como forma de sobrevivência de milhares de camponeses e suas famílias; b) a reforma agrária. O movimento entendia a reforma agrária como um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo, com vistas às mudanças na estrutura fundiária; c) a sociedade "mais justa". Dizia que uma sociedade "mais justa" pressupunha mudanças no poder político. A reforma agrária dependia da alteração desse poder, identificado com os interesses das camadas populares. O pontos programáticos do MST não previam a destruição do poder burguês, responsável pela concentração latifundiária e pela repressão aos camponeses pobres, através da revolução social. A reforma agrária seria obtida quando as massas conseguissem modificar a correlação de forças no Estado em favor dos interesses populares. Estão aí as posições da Igreja chamada progressista e do Partido dos Trabalhadores, que dava seus primeiros passos na aprovação dessa linha programática.

14. A história do Partido Operário Revolucionário tem seu nascimento nos embates contra as posições reformistas (Igreja e PT) e das correntes políticas de esquerda, que se submetiam à democracia parlamentar-eleitoreira e ao programa oposto ao da revolução e ditadura proletárias. O POR em seu programa (1993) diz: "O desenvolvimento de um PT de massas eleitoral calou fundo na constituição das correntes de esquerda que se proclamavam marxistas-leninistas-trotskistas. Foram incapazes de rechaçar consequentemente o programa do governo democrático e popular, o exitismo eleitoral e a concepção de partido burguês...De conjunto, tais correntes capitularam no I Congresso de 1991 frente à moção de condenação da ditadura do proletariado e da revolução violenta". "Os reformistas rechaçaram a revolução violenta e defendem modificações graduais e pacíficas do capitalismo. E eixo de sua política está em democratizar o Estado burguês". "O movimento camponês sempre esteve influenciado pela Igreja e nacionalistas. A bandeira de reforma agrária tem sido trabalhada no sentido do Estado capitalista realizá-la". "A busca da reforma agrária através do Estado, dos partidos burgueses democratizantes, das formas de assentamentos, das desapropriações com indenizações etc resulta em submissão do campesinato à burguesia, que o esmaga nos latifúndios". Para a revolução social, "o proletariado está obrigado a reunir em torno de si a maioria nacional explorada. O que significa estabelecer uma relação frentista...A essência da unidade frentista de classe está na relação do proletariado com o campesinato e com a pequena burguesia arruinada...". "A Frente Revolucionária Antiimperialista objetiva alcançar a revolução proletária. A classe operária se projetará como direção tendo por objetivo implantar o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura proletária". "As tarefas da revolução agrária, que se concentram primordialmente na expropriação e nacionalização das terras dos latifúndios...". "A revolução agrária é parte integrante da revolução proletária, sem a qual não é possível derrotar os latifundiários".

Professores-SP

Articulação aprofunda o método da fraude

No último dia 06, ocorreram eleições para Conselheiros Regionais e Estaduais de Representantes em todas as subseções da APEOESP. Na região Sudeste-Centro essa eleição, entretanto, foi marcada por toda a sorte de fraudes e manipulação.

A Articulação / PT, corrente majoritária na Executiva da região (e que dirige, juntamente com o PC do B a diretoria estadual do sindicato), já há alguns anos organiza essas eleições de maneira burocrática. Ou seja, quem coordena as eleições é uma Comissão Eleitoral composta por representantes das forças políticas (chapas) que concorreram a última eleição para diretoria estadual e as normas que regem as eleições são definidas pela diretoria estadual da APEOESP, através de um Regimento, isto é, vem de cima para baixo. Para garantirmos e fortalecermos a democracia sindical, no entanto, o certo seria que tanto a Comissão Eleitoral como o Regimento fossem definidos pela base, através de uma assembleia regional amplamente divulgada.

Na região Sudeste-Centro, a Articulação (corrente majoritária na Comissão Eleitoral), alegando que a falta de abono de ponto (a Secretaria da Educação eliminou o abono para as eleições sindicais) dificultaria a votação dos professores, decidiu espalhar mais de 50 urnas fixas pelas escolas da região e cobrir cerca de 40 escolas com urnas volantes. Para assegurar essa eleição (com essa enorme quantidade de urnas), por outro lado, teve que contratar mesários por cerca de R\$ 40,00 cada um.

Obviamente, este grande número de urnas aumentou as possibilidades de fraudes, já que diminuiu a capacidade de fiscalização dos candidatos. Não foi surpresa que, das três chapas que concorreram a eleição, a chapa da Articulação e "simpatizantes" tenha vencido, isto é, tenha conseguido manter o controle do aparelho sindical e eliminar os dois grupos de oposição, a Corrente Proletária na Educação e a Alternativa de Oposição, conquistando a maioria das primeiras posições e, conseqüentemente, as vagas para o Conselho Estadual de Representantes. Isso porque, no quesito

fraudes a mesma chapa (Articulação e "simpatizantes") foi a campeã exclusiva.

A Articulação preparou as cédulas da eleição de maneira idêntica ao seu material de campanha, para confundir a categoria no momento da votação. Em várias escolas onde estavam instaladas as urnas fixas, haviam somente mesários ligados à sua chapa, não seguiu-se o Regimento, que exigia a participação de mesários das chapas concorrentes (Corrente Proletária na Educação e Alternativa de Oposição) ou suspensão da eleição no local. Sem contar a indução de votos por parte dos próprios "mesários", que entregavam o material de campanha da Articulação.

A urna instalada na E. E. Caetano de Campos - Consolação, retornou a subseção dois dias após a realização do pleito e por um candidato da chapa dessa corrente, além da eleição nesta escola, ter sido feita sem fiscais das chapas de oposição. A urna instalada na E. E. Seminário da Glória, da mesma forma, chegou a subseção através de uma candidata da chapa da Articulação e não através das mesárias responsáveis, como seria correto; essa candidata ainda não permitiu que a fiscal de uma das chapas de oposição a acompanhasse na entrega da urna. A urna instalada na E. E. Nossa Senhora Aparecida, teve seus resultados distorcidos, porque a fiscal da chapa da Articulação induziu os professores, de maneira deliberadamente equivocada, a votarem em vinte candidatos de uma das chapas de oposição e não em quinze nomes, como seria o certo e estava até indicado na cédula. Com isso, esses votos foram anulados.

Na escola E. E. Júlio Ribeiro, a urna foi instalada às 11 horas da manhã, ou seja, com duas horas de atraso, e a votação foi encerrada às 19 horas e não às 21 horas, de acordo com o prazo estabelecido. Isso impossibilitou que os professores dos períodos da manhã e da noite pudessem votar, tanto que houve somente seis votos, quando na escola haviam vinte associados. No dia 11/12, às 16:30 horas, um candidato da oposição

encontrou os votos apurados na eleição empilhados sobre uma mesa da subseção, por ordens de uma candidata da chapa da Articulação, que também é diretora estadual da APEOESP. À medida que esses votos não foram colocados de volta às urnas, sabemos que torna-se praticamente impossível uma recontagem ou ratificação dos mesmos, sendo que os resultados até então obtidos não são oficiais, isto é, não foram confirmados pelos membros de oposição da Comissão Eleitoral.

Diante dessas fraudes, é preciso esclarecer que a burocracia sindical consiste em uma casta que faz do aparelho (sindicato) o seu meio de vida. Vários membros da diretoria da APEOESP estadual, por exemplo, não tem vínculo com a sala de aula, alguns não dão aula há quase 20 anos. Como defender as reivindicações da classe se não sentem na pele as condições de trabalho, salário e emprego? Hoje o que temos é uma direção totalmente burocratizada.

Para perpetuar essa situação, essa burocracia precisa eliminar as divergências, não permitindo que seus opositores se manifestem. Precisa eliminar as formas de participação da base, seja acabando com as assembleias (instâncias mais coletivas e massivas), seja mantendo o nível de despolitização e desmotivação da categoria. Precisa ainda corromper uma parte da base que lhe dá sustentação, seja através de oferecimento de cargos, seja através da construção de um sindicato assistencialista, como manda a prática do peleguismo.

É por isso que a diretoria se empenha com os planos de saúde privados, com a compra de colônias de férias e agora com a organização das cooperativas habitacionais. Pois, são formas de encaixar o voto dos professores. Tanto é assim, que na Região Sudeste-Centro, a defesa de propostas assistencialistas marcaram a campanha eleitoral da chapa da Articulação e seus "simpatizantes". Eles usaram e abusaram da cooperativa habitacional e das colônias de férias para tentar ganhar os votos dos professores e afastar os dois grupos ad-

versários, alegando que estes dois grupos eram iguais no intuito de "acabar" com as mesmas e ainda no intuito de "destruir o sindicato". Sobre isso, afirmamos, que o papel de um sindicato de luta é arrancar um salário vital dos patrões (governo estadual, no caso do magistério público), para que os trabalhadores possam adquirir melhores condições de existência e não buscar amenizá-las através de paliativos.

Com isso chamamos a base a não se iludir com essas promessas de "boa vida nas férias". A melhoria das condições de existência dos professores do ensino público não será conseguida sem uma árdua luta contra o governo Covas / Rose. A diretoria burocrática da APEOESP não quer travar essa luta. Por isso, é preciso varre-la do sindicato. E isso não ocorrerá sem que a categoria tome o sindicato em suas mãos e, para isso, precisa participar da luta.

Diante das fraudes ocorridas no processo eleitoral do dia 06/12, na região Sudeste-Centro, temos que exigir a anulação dos resultados das eleições. Isso, no entanto, deve ser definido pela base, pela categoria, através de uma assembleia regional massiva, amplamente divulgada. Pois, os trabalhadores é que devem julgar os trabalhadores. Essas

fraudes são típicas da política burocrática e ferem a democracia sindical. Portanto, só podem ser resolvidas através do fortalecimento e garantia da própria democracia sindical (participação da base). Não podemos tentar resolver este problema através de métodos burocráticos (uso da justiça burguesa ou delegar à

Comissão Eleitoral, ao CER, à sede central, à CUT etc.).

Pela anulação do resultado das eleições na Sudeste-Centro!

Pela convocação de uma Assembleia Regional massiva, que decida os rumos destas eleições!

Pela defesa da democracia sindical!

Eleições nas subseções da Apeoesp-SP

O POR/Corrente Proletária na Educação participou das eleições para as regionais da Apeoesp, elvantando os seguintes pontos de plataforma:

ELEGER CONSELHEIROS VERDADEIRAMENTE LUTADORES

- . Escola pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada à produção social;
- . Estatização de todo sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores;
- . Fim da reforma privatista da educação: municipalização e reforma do ensino médio;
- . Salário mínimo vital (suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas) de 1900,00, em nossos cálculos;
- . Redução da jornada de trabalho, sem redução do salário;
- . Emprego a todos os professores;
- . Abertura de escolas e salas de aulas;
- . Soberania das assembleias estaduais;
- . Redução do valor de desconto da APEOESP. Defendemos que esse valor seja de uma hora-aula;
- . Fim do conselheiro liberado;
- . Vínculo da diretoria do sindicato com a sala de aula;
- . Congressos que sirvam para preparar a luta contra os governos destruidores da escola pública;
- . Proporcionalidade em todos os cargos de direção do sindicato;
- . Unidade dos professores, alunos, pais e demais trabalhadores contra a reforma neoliberal em seu conjunto;
- . Método da ação direta (manifestações, bloqueios, greves etc.) para derrotar o governo neoliberal.

VOTE NOS CANDIDATOS VERDADEIRAMENTE LUTADORES

Funcionários da Educação- AFUSE/SP

Organizar já uma Campanha por Aumento Real

Depois de 8 meses, o plano de carreira dos funcionários da educação foi finalmente votado pelos deputados. O projeto, apresentado pela Secretaria da Educação, não levou em conta as emendas apresentadas pelo sindicato, apesar destas não divergirem muito da apresentada pela Secretaria. Exemplo: o governo propõe avaliação de desempenho pelos diretores e diretorias regionais, a AFUSE propôs que quem deveria avaliar era o Conselho de Escola, quem manda é a direção da escola).

Mas isso não é o essencial. O que importa para o funcionário da educação é o aumento de salário, pois já faz 6 anos que não se tem nenhum aumento. Porém, o que parece que virá (o aumento) não passa de uma enrolação para "inglês ver". É claro que neste momento quando os holerits vierem com os atrasados, parecerá que tivemos alguma coisa de diferente em nossos salários. E com isso que

a diretoria do sindicato vem contando, pois afinal nos enrolou nestes meses todos com esse plano, somente para não chamar nenhuma luta, dizendo que somos "fracos". Logo mais veremos que não passa de migalhas o tal plano de carreira. E que os concursos, terão como consequências as avaliações periódicas, o estágio probatório e um prazo de 30 meses para sermos demitido.

A reivindicação das Incorporações das Gratificações era justa?

Sim bastante justa, porém não modifica o arrocho salarial do governo Covas/FHC. Basta irmos ao supermercado para sabermos que tudo aumentou de preço: o arroz, o feijão, o gás de cozinha (teve 2 aumentos nestes 8 meses de espera de aprovação deste tal plano). Na questão salarial, o governo não mexeu

na folha de pagamento do funcionalismo, pois anda gastando a revelia com as sobras do FUNDEF que ele deixou de aplicar no ensino fundamental.(basta vermos os cursos de capacitação).

Nós funcionários da educação devemos levantar imediatamente uma campanha por aumento real já, começar o ano 2001 nos mobilizando. Unindo o QSE/QAE para lutar por salário real e combatermos o governo Covas, que vem seguindo a risca os planos do Banco Mundial e do governo FHC.

Devemos exigir da diretoria do sindicato que faça as contas das nossas perdas salariais diante dos aumentos de preço e do que perdemos nestes anos todos de governo Covas e divulgue amplamente para a categoria. Que comece a mobilizar convocando assembleias regionais e gerais para reivindicarmos uma luta por salário real.

Funcionários da Educação/SP

Governo faz curso de capacitação. Para quê?

O governo chamou os funcionários da educação para fazerem um curso chamado "Circuito Gestão".

Diz o governo que nossas dificuldades serão sanadas a partir do trabalho em equipe; portanto, ninguém manda em ninguém. Que não devemos reclamar, pois existem situações piores que a nossa. Então temos que olhar ao redor. Que para superarmos as dificuldades não devemos esperar apenas que o Estado faça, mas que devemos procurar as ONGs, ou seja as parcerias. Que devemos envolver a comunidade. Que devemos ser simpáticos, sorridentes e agradáveis com todos. Quanta demagogia e conversa fiada.

É um curso feito em parceria com uma empresa chamada IDORT, em escolas particulares ou em sítios, ou em outras cidades, com "ajuda de custo" no final. Para cada participante foi pago 15,00 por dia.

O que pretende o governo com os cursos de capacitação?

1º - Como não existem funcionários na educação, pois os módulos das escolas estão esvaziados, o governo diz que todos devem fazer de tudo dentro da escola: professor deve limpar as salas, se-

cretárias devem fazer as merendas etc.

2º - O governo procura passar a responsabilidade de todo o sucateamento da escola para os funcionários. Diz que somos todos lideranças, portanto uma equipe, e que enquanto equipe podemos resolver bastando sermos ágeis, criativos etc esse palavreado procura evitar a luta por melhores condições de trabalho, por salários melhores e procura evitar a unidade dos trabalhadores contra ele (o governo), pois enquanto estamos na escola brigando para sabermos quem lidera, o governo implementa os planos do Banco Mundial destruindo a educação.

3º - Diz que devemos procurar as empresas e as ONGs (organizações não governamentais) para gerenciar a educação, isto é a forma do governo desobrigar o Estado com a educação é meta da Lei de Diretrizes e Bases. O governo resolveu fazer curso para os profissionais da educação para que estes façam a defesa de sua política famigerada de destruição da escola pública.

4º - Da comunidade, o governo quer que esta passe a financiar a educação, as metas de arrecadação no ensino médio é o objetivo, pois o governo pretende o mais rápido possível privatizar essa parte da educação básica.

5º - Quanto a ser simpáticos e sorri-

centes, e para enfrentarmos a "violência da marginalidade", pois se tratarmos esta com carinho não haverá problemas.

Na verdade, o governo do PSDB usa os métodos empresariais (as velhas fórmulas do imperialismo) para aumentar a superexploração do trabalho na educação. Isso nada tem de novo.

As ilusões dos Funcionários da Educação

Infelizmente esse curso de capacitação impregnado da ideologia burguesa ilude muitos dos funcionários, pois estes acham que o governo quer agora valorizar a classe. Porém, não passará do segundo curso para que todos deixem cair por terra essa ilusão e as discussões serão de organizar a luta contra o governo

- Por melhores salários
- Pela diminuição da Jornada de trabalho para 6 horas
- Por melhores condições de trabalho
- Por efetivação imediata daqueles que trabalham na educação
- Pela contratação e efetivação imediata de profissionais para suprimirmos o déficit dentro das escolas.
- Por educação pública, laica, única e enraizada na produção social.

UERN

Fora a polícia da universidade!

A polícia é o braço armado do Estado da burguesia. Sua função principal é reprimir a classe trabalhadora. Ela não protege os bairros pobres. Mas está sempre presente contra os movimentos sociais.

Neste sentido é que nós da MOBILIZAÇÃO E LUTA (ML) E CORRENTE PROLETÁRIA (CP) REPUDIAMOS TERMINANTEMENTE A PRESENÇA DA POLÍCIA NA UERN. Os problemas estudantis devem ser resolvidos entre nós mesmos, sem precisar do auxílio da burguesia. Àquele ou àqueles que a ela recorrem são, na verdade, seus aliados a demonstram com isto a impossibilidade de defender as reivindicações da nossa categoria. Não é possível servir a dois "santos". Os interesses estudantis são antagônicos a irreconciliáveis com os da burguesia.

A polícia tinha como objetivo impedir um grupo de estudantes de expressarem suas idéias sobre as eleições do DCE. Nós da ML a CP discordamos INTEIRAMENTE dos motivos apresentados por eles para justificar sua posição nas eleições do DCE. Temos grandes diferenças com estes estudantes ao ponto de nos distanciarmos deles em Pedagogia. Porém, independentemente da posição destes estudantes, a questão era de defender integrantes da nossa classe contra a repressão da burguesia. Podemos ser totalmente contra a posição de um grupo de estudantes, mas defenderemos sem dúvida nenhuma o livre direito de expressarem suas idéias, ou seja, a democracia estudantil.

Esta é a questão principal.

O POR montou um painel em algumas escolas em Fortaleza sobre a luta dos palestinos contra a opressão israelense. Os temas destacados foram:

- Quem são os Judeus e os Palestinos?
- Palestina e a luta pela independência nacional
- Estado de Israel: a que serve?
- Criação de Israel: opressão sobre os palestinos
- O que são os territórios ocupados?

O POR se apóia na tradição marxista de luta contra a opressão nacional, que é uma das expressões da opressão de classe. Por isso, está ao lado dos palestinos na sua luta pela autodeterminação, contra a opressão exercida pelo Estado de Israel, que nada mais é que um enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio, e que portanto deve ser destruído. Isso só pode ser feito pelas massas palestinas, que em sua luta chegarão à necessidade de realizar a revolução proletária.

Ceará

O significado da avaliação institucional da Educação no Estado

A avaliação institucional promovida pelo governo Tasso (PSDB) neste final de semestre, tem como essência a privatização da rede estadual de ensino. Estas medidas seguem os princípios norteadores da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em seu artigo 10, em que se assegura o processo nacional de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior.

E segundo o manual de aplicação da avaliação institucional, será um sistema permanente de avaliação da educação – SPAECE, que tem como objetivo o rendimento escolar, avaliação institucional para readequar o desempenho escolar e o PDE às diretrizes privatizantes. A sua proposta é a descentralização da administração, assim sendo, expressa a transferência da responsabilidade do Estado do ensino público para os pais, alunos e a comunidade local.

A chamada autonomia da escola na avaliação institucional não é nada mais do que a autonomia da escola escolher os seus parceiros (empresas). O que significa o Estado ficar com o gasto mínimo e as escolas com a tarefa de angariar recursos e atrair parceiros.

O outro ponto da avaliação consiste do desempenho do corpo docente, discente, funcionários e gestores, ou seja, a avaliação das unidades escolares. Em outras palavras, o rendimento escolar continuará sob o controle do Estado, tanto a avaliação dos alunos quanto os trabalhadores das unidades escolares.

Apesar do artigo 46 da LDB fazer referência ao ensino superior, mais esta diretriz será aplicada ao ensino fundamental e médio. Assim o estabelecimento de conteúdo mínimo nacional é determinado pelo Estado, que o fiscalizará através de avaliações permanentes. As provas aplicadas e organizadas pelo SPAECE, vêm neste sentido, que serão realizadas este ano nas 8^o séries e depois aos 3^o (no segundo momento).

A consequência dessas avaliações institucionais, futuramente, são que as escolas públicas terão um conceito dos índices de aprovação dos alunos, que servirão de parâmetro para sua própria sobrevivência no sistema educacional. Neste sentido, as leis estaduais de educação do Estado do Ceará criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola

– FADE, em que os recursos serão destinadas aos estabelecimentos da rede estadual de ensino de acordo com o seu artigo 3^o. Obedecendo periodicamente os seguintes critérios: custo-aluno-qualidade, natureza do serviço pelo estabelecimento de ensino e a avaliação de qualidade e desempenho da escola.

Esta avaliação institucional servirá para o governo do estado organizar os resultados, para melhor direcionar e assegurar os seus passos necessários a privatização da rede estadual de ensino e a demissão de uma parcela da categoria dos professores.

A Corrente Proletária na Educação (POR) coloca a necessidade para combater a privatização, o primeiro passo é a unificação dos sindicatos APEOE o SINDIUTE, através da base em um único sindicato para a categoria; segundo, a construção de uma fração revolucionária (Corrente Proletária na Educação) no seio dos professores para derrubar a reforma educacional privatista e o governo de FHC, Tasso e o Neto Nunes e a edificação do socialismo por meio da revolução proletária.

Extremoz-RN

“AMIGOS DA ESCOLA” e ONGs destróem a escola pública

O Programa Amigos da Escola já está sendo implementado no município de Extremoz-RN. Este conta com a participação de estudantes de uma escola privada (Objetivo), que se instalou na região e em troca recebe isenção de impostos da prefeitura. Os “voluntários” implementam a política do governo FHC que, a mando do FMI, destrói a escola pública, trazendo demissão para os trabalhadores em educação, uma vez que os recursos humanos estão sendo substituídos, não sendo mais necessário o trabalho dos servidores da escola.

Os trabalhadores em educação estão

há vários meses sem receber seus salários, pois o prefeito Walter Soares sumiu com o dinheiro dos servidores. Os ASGs, há mais de 11 meses, não recebem salários. Essa situação fez com que os trabalhadores em educação entrassem em greve. Porém essa comunidade que é muito visitada por turistas e onde há exploração do trabalho infantil, teve a intervenção de uma ONG e, para acabar com a greve dos servidores que reivindicavam, entre salários e condições de trabalho, se encarregou de fazer um levantamento do que era necessário na escola para que esta funcionasse. Com o objetivo de colocar os pais contra a greve

dos servidores.

A política das ONGs e dos Amigos da Escola é de destruição dos movimentos que se levantam contra os governos. É preciso rechaçarmos tal política que faz parte da do FMI Banco Mundial para destruir a escola pública e dividir o movimento.

Nada de ser voluntário na escola. Que o prefeito pague aos servidores a garanta todas as condições para que a escola funcione. Nada de confiar nas Organizações Não Governamentais, que são atreladas aos prefeitos corruptos. Abaixo a exploração do trabalho infantil e emprego para todos os trabalhadores.

Prefeita de Maxaranguape ataca servidores e os trabalhadores respondem com greve

A prefeita de Maxaranguape, Núbia Costa (PPB), desviou o dinheiro dos servidores deixando-os sem salário há vários meses, sucateando os serviços públicos, como saúde, educação e limpeza. Na saúde, o único hospital fechou, pois não tem nenhuma condição de funcionamento. Na educação, falta merenda escolar, as escolas estão destruídas, não têm carteiras etc. O serviço de limpeza, em péssimas condições, e os trabalhadores não têm o mínimo equipamento para o seu trabalho. Enquanto isso, a prefeita fez uma manobra com o dinheiro público, enquanto as crianças não têm o mínimo atendimento necessário nos hospitais do município. A greve conta com a adesão de todos os servidores da cidade e o apoio da população, que vem participando das atividades de rua. Após várias tentativas de negociação, os trabalhadores, juntamente com o sindicato dos trabalhadores em educação (regional de Ceará Mirim) realizaram uma mobilização pela cidade,

terminando em frente à casa da prefeita, onde os trabalhadores, muito radicalizados, "mandaram um recado à prefeita": que se não pagasse os salários dos servidores, sua casa seria confiscada pelos trabalhadores. A prefeita pediu reforço policial no município de Ceará Mirim, temendo alguma ocupação por parte dos servidores, que se mostraram indignados com a situação, pois enquanto passam fome, a prefeita usa o dinheiro dos servidores.

Imediatamente, a prefeita, que não queria negociar, entrou em contato com o Sinte (que tem em sua direção o POR) para negociar, colocando algumas imposições, como por exemplo negociar só com a direção do sindicato. Rechaçamos tal posição a propomos data a local a uma comissão eleita na base.

O que fez a prefeita negociar com os servidores foi a pressão dos trabalhadores através de seus métodos próprios. A prefeita pagou parte dos salários de todos os professores que estavam em greve

para que estes não radicalizassem. Porém, os professores continuam em greve. A promotoria pública veio na intenção de acabar com a greve, iludindo os trabalhadores de que Núbia Costa seria punida pela Justiça. A mesma promotoria que se aliou a Roberto Varela em Ceará Mirim para processar um dos coordenadores do sindicato, saindo até como testemunha do prefeito.

Os trabalhadores devem continuar usando os seus métodos próprios como a greve. Não acreditar na Justiça burguesa, que não pune os governos corruptos. Já ficou provado que as conquistas que os trabalhadores tiveram foram fruto da mobilização. O movimento deve permanecer organizado para enfrentar os ataques dos governos que virão e tentarão aplicar as mesmas medidas de Núbia. A luta em defesa dos serviços públicos e dos salários continua. Abaixo A Justiça burguesa a seus governos corruptos.

Icó - CE

Greve Geral dos Professores Municipais e a Unificação de todos os Servidores

Vários funcionários públicos municipais de Icô estão com seus salários atrasados há três meses. Os trabalhadores municipais não devem aceitar a conversa do prefeito reeleito Neto Nunes (PDS, PMDB, PCdoB, etc.), pois passou todo o seu mandato raspando as verbas dos cofres públicos a exemplo do FUNDEF (somente 40,1% dos 60% referentes ao pagamento dos professores era pago) e reprimindo, perseguindo ou fazendo terrorismo aos servidores.

O mesmo vem há quatro anos destruindo e sucateando a educação, a saúde pública etc. Como também a política adotada por Neto é a mesma do governo do Estado (Tasso) e de FHC. Ou seja, o corte de verbas e as demissões.

A partir do dia 07 de dezembro, o prefeito irá demitir milhares de contratados em sua grande parte na área de educação, além de manter os salários atrasados e arrochados. Agora o prefeito está assaltando os salários dos servidores públicos municipais, ou seja, pagando os salários atrasados e não pagando em dia o 13º salário. Tudo isso

para se adequar à "Lei de Responsabilidade Fiscal", para tampar os rombos feitos por Neto Nunes.

O sindicato dos professores da rede de ensino municipal de Icô (SINDPREMI) realizou uma assembléia geral que declarou que se a secretaria de educação não pagasse os salários atrasados e integralmente, até o dia 27 de novembro a categoria entraria em greve geral.

A Corrente Proletária na Educação (POR) colocou que os trabalhadores em educação só deveriam voltar às aulas depois que os salários atrasados fossem pagos integralmente, que os trabalhadores não deveriam aceitar apenas parte dos pagamentos de novembro, dezembro e o décimo-terceiro, e que deveriam buscar a unidade grevista com todo o funcionalismo municipal para pôr abaixo o plano de fome e miséria de Neto Nunes.

Não às demissões!

Abaixo ao assalto do Sr. Neto Nunes aos salários dos servidores!

Todo apoio à greve geral!

Abaixo os governos de FHC, Tasso e Neto Nunes!

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora iniciados no Massas n.º 160

Manual do Organizador

O que fazemos e o que devemos fazer agora (5ª parte)

Os militantes poristas sempre foram catalogados como os mais perigosos “extremistas”. Por isto o gorilismo sempre teve razões suficientes para lutar por nos arrancar do seio das massas. Toda a sua política social e sindical está animada pelo interesse de excluir dos centros de trabalho os “ativistas do extremismo”. Em que pese a sistemática e ininterrupta repressão desencadeada contra o Partido, essa extirpação não alcançou êxito; em nenhum momento deixamos de trabalhar no país e nos meios operários e estudantis. Este sacrificado e habilidoso ativismo nos permitiu seguir batalhando junto aos explorados contra o gorilismo e o imperialismo e abriu a possibilidade de que possamos emergir da repressão como a direção política provada das massas.

A direção do Partido assinalou oportunamente esta perspectiva e se voltou integralmente para materializá-la. Também nesta oportunidade foi preciso introduzir profundas retificações na organização: adaptá-la ara a atividade clandestina. A batalha central estava orientada a impedir que as reiteradas batidas policiais acabassem com a organização e extirpassem pela raiz a presença partidária nos meios operários. Houve necessidade de reconstruir as organizações regionais uma vez ou outra, aperfeiçoando mais e mais os métodos de trabalho clandestinos. A repressão caiu sem piedade sobre os quadros de

direção, isto porque esta realizava uma atividade muito intensa, mas as equipes foram sempre rapidamente reconstruídas. Podemos dizer que o POR não esteve em momento nenhum sem direção. A clandestinidade obrigou aos Comitês Regionais e às direções celulares, a trabalhar num relativo isolamento, a resolver por si próprios os múltiplos problemas que se apresentam no dia a dia, e isto permitiu que aflorassem os novos quadros de direção.

A regularidade e a ampliação do jornal partidário na clandestinidade foi feito de maneira surpreendente. Quando um partido não tem mais remédio que movimentar-se na ilegalidade, o jornal se agiganta como meio de expressão e como veículo capaz de colocar o partido em comunicação com as massas. Não somente cumpre a função de organizador por excelência, mas sim de orientador inclusive da mesma militância perseguida.

A luta clandestina leva a conseqüências que num primeiro momento não aparecem como prejudiciais e que somente mais tarde, quando se opera a mudança da situação política, se comprova que tendem a converter-se em sérios obstáculos opostos ao trabalho partidário. Essas conseqüências são:

1- Um relativo e inevitável isolamento da organização com relação as massas; Estas, nos momentos de maior profundidade de seu retrocesso renegam a política e os políticos e lutam por rechaça-los. Consequentemente, a captação de novos militantes se faz muito len-

tamente. Ganhar um militante se converte numa tarefa delicada e necessariamente longa, fenômeno que se acentua pela desconfiança obrigatória frente ao mundo exterior ao partido, como resposta à grande perseguição policial. Isto gera normas organizativas que são necessárias na clandestinidade mas que se tornam prejudiciais em outras situações. Estamos comprovando que a organização tende a aferrar-se a elas (inclusive quando já se inicia um novo ascenso revolucionário), o que conspira contra o futuro partidário.

2- Um certo retraimento da atividade aberta frente às massas. A necessidade de cuidar da integridade física do partido nos obriga a deixar que não se queiem um grande número de militantes. A orientação partidária deve chegar ao grosso dos explorados de uma forma indireta. Se em uma outra situação política se persiste nessa modalidade de trabalho, terá como consequência o agigantamento das dificuldades para que o partido possa se efetivar como direção das massas.

3- O trabalho partidário de propaganda se vê necessariamente diminuído. O grosso das massas deixa de ser o auditório natural do discurso partidário. Fala-se para setores limitados da vanguarda. Necessariamente, o aparato organizativo é ajustado para se ter eficácia nesse tipo de trabalho particular, que, sem dúvida, se torna ineficiente e prejudicial quando se trata de voltar a se dirigir ao grosso das massas.

Os movimentos de moradia

É grande o número de pessoas que está sendo despejado de cortiços e favelas. O Estado toma atitude de expulsá-las do centro e atirá-las à periferia da periferia. Essa é a política de revitalização do centro da cidade, defendida pela Associação Viva o Centro.

Sabe-se que na região central da capital existem mais de 50 prédios públicos ociosos e ao mesmo tempo mais de 1 milhão e 500 mil cortiçados. Essa realidade

indica que não pode haver tolerância para com o governo e a burguesia urbana.

É nesse contexto crítico e alarmante que o PT sugere uma trégua nas ocupações de prédios vazios e a formação de um fórum de discussão e negociação com o governo. Uma proposta que mostra o quanto o PT está distante da realidade, sendo que essas negociações já acontecem há muito tempo, e o objetivo

da classe burguesa e de seu governo esteve sempre muito claro: revitalizar o centro, ou seja, torná-lo acessível à classe média e atraente aos turistas.

Os movimentos dos sem-teto insistem corretamente que ocupar é a única saída, e que as negociações são conchavos com a política neoliberal. Os trabalhadores devem rechaçar qualquer pacto com os governos e radicalizar as ocupações

O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Primeira Parte

A Formação Classe Operária Brasileira (1850 1920)-

A formação da classe operária brasileira aconteceu de forma tardia, assim como o processo, também tardio, de introdução do capitalismo industrial. Isto está diretamente ligado ao interesse do imperialismo inglês e posteriormente dos Estados Unidos em perpetuar a dependência econômica dos países semicoloniais, impedindo-os de avançarem na consolidação do capitalismo industrial, que já estava a pleno vapor na Europa e Estados Unidos. Consequentemente retardando a formação do proletariado brasileiro enquanto classe social.

Sua formação se confunde com a vinda dos trabalhadores imigrantes, de maioria italiana (entre 1870 1902 entraram 1.056.356 italianos), para o Brasil, na segunda metade do século XIX. Estes vieram em busca de melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, vieram "fazer a América". Expulsos de sua pátria, fugidos da miséria e da exploração empreendida pela burguesia e pelos latifundiários da Itália, pretendiam tornar-se proprietários e enriquecer rapidamente, conforme a propaganda divulgada na época pelo governo brasileiro.

Aqui chegando, perceberam que tanto os latifundiários como a burguesia, apesar de diferentes os países, são semelhantes no que diz respeito às suas formas de exploração e obtenção de lucro. Ou seja, a situação que encontraram aqui era semelhante ou até mesma pior da encontrada em seu país.

A grande maioria se instalou no campo, nas fazendas de produção de café, principal produto de exportação (responsável por 70% da economia nacional), sofrendo uma intensa exploração dos latifundiários acostumados com o tratamento dispensado ao trabalhador escravo. Tinham apenas a força de trabalho para vender enquanto os latifundiários possuíam a terra, as ferramentas, os produtos para o plantio, além do capital, obrigando os trabalhadores a se curvarem diante das péssimas condições de trabalho oferecidas pelos proprietários de terra.

Por este motivo, além de greves que se manifestaram no campo por melhores condições de vida e de trabalho (há registro de

uma paralização ocorrida em Ribeirão Preto no ano de 1912, envolvendo de 10 a 15 mil trabalhadores rurais), muitos trabalhadores fugiram para outros países (Argentina, Uruguai, Estados Unidos) ou as para cidades, principalmente para grandes centros urbanos (SP e RJ) que dispunham neste momento.

Nas cidades, surgia muito lentamente uma industrialização predominantemente manufatureira como complementação da economia cafeeira e submetida aos interesses dos latifundiários. O capital que os latifundiários economizaram com o fim da compra de mão-de-obra escrava da África (imposição do imperialismo inglês, interessado em ampliar seus mercados de produtos industrializados nos países semi-coloniais), beneficiou o nascimento da indústria brasileira e a formação de duas novas classes sociais: a burguesia industrial e o proletariado.

As indústrias despontaram principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os setores que se desenvolveram foram inicialmente as de bens de consumo, têxtil, de alimentos e de bebidas. Segundo registros da época, em 1866, havia em São Paulo 9 fábricas com 768 operários e em 1889 havia apenas 636 fábricas com um total de 54.169 operários. Enquanto a França possuía, em 1890, 4 milhões de operários e a Rússia, que era o país mais atrasado da Europa, somente em uma fábrica (Putilov) havia mais de 12 mil operários.

As condições de trabalho na indústria

As condições de trabalho no início da industrialização no Brasil foram muito duras e desumanas. As fábricas, como não eram planejadas para esta finalidade, não possuíam iluminação e ventilação adequadas para o trabalho; a segurança era precária, havendo um elevado número de acidentes; a jornada era exaustiva, variando de 14 a 20 horas por dia; os salários eram baixos e irregulares, ficando a critério dos patrões a forma de pagamento (dinheiro ou espécie); devido aos baixos salários, para complementar a renda familiar, era empregada de maneira intensivo a mão-de-obra feminina e infantil (a indústria Matarazzo tinha máquinas adaptadas ao trabalho infantil); eram constantes os casos de tuberculose, pois

as condições de higiene e saúde eram ruins; era comum os maus tratos, principalmente com crianças; não havia indenizações de qualquer tipo, sistema de previdência ou pensão, muito menos qualquer tipo de legislação que protegesse os operários dos desmandos dos patrões.

Este quadro demonstra o grau de exploração que os patrões mantinham com os operários neste período e a conivência do governo, agente auxiliador dos capitalistas, diante das atitudes e desmandos dos patrões, livres para fazerem o que bem quisessem.

Os bairros operários

Cresciam em torno das fábricas e das estações de trem, acompanhado o crescimento da industrialização, em locais inadequados para a moradia (pantanosos e inundáveis) os bairros onde os operários moravam. Eram casas pequenas onde moravam famílias inteiras ou mais de uma família. Eram abafadas e sem ventilação, perfeitas saunas em período de verão; os banheiros eram coletivos e sem qualquer higiene; as doenças se alastravam com rapidez por todo o bairro, morrendo muitos operários sem qualquer auxílio médico; a promiscuidade era comum devido à falta de privacidade das famílias, etc.

Os bairros não possuíam ruas com asfalto, iluminação e os esgotos ficavam a céu aberto. A situação de penúria era intensa, evidenciando o completo descaso dos patrões para os operários, que os faziam enriquecer a cada dia.

Contrastando com esta situação, havia os bairros onde moravam os patrões. Eram bem iluminados, com largas avenidas e calçamento, embelezado pelos imensos palacetes luxuosos construídos com o dinheiro da exploração do trabalho dos operários.

Este primeiro período retrata a intensa exploração a que estava submetida a classe operária brasileira, que ainda desorganizada não compreendia a necessidade de lutar contra esta exploração. No entanto, com o avanço do processo de industrialização, avança também o movimento do operariado. As lutas que serão travadas entre os patrões e os operários será tema de nosso próximo artigo.